



Principais marcos históricos dos 160 anos do MAPA

Ano de 1860

Para proteger e estimular a agricultura nacional é criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no dia 28 de julho de 1860, que mais tarde iria transformar-se no Ministério da Agricultura. A Secretaria integrava a estrutura do Gabinete do 2º Império, cujo imperador era Dom Pedro II.

O Brasil vivia o ciclo do café, produto que impulsionou a economia brasileira desde o início do século 19.

Também são expressivos na economia brasileira o cacau, produzido na Bahia; a borracha, explorada na bacia do Rio Amazonas; e o algodão, cultivado em larga escala no Maranhão, em Pernambuco e no Ceará. A pecuária, embora voltada para o mercado interno, é a mais importante atividade econômica na região Centro-Sul.

Anos 1900 a 1950

Em 1906 é restabelecida a Pasta da Agricultura, incorporando, ainda, as competências e atividades ligadas à Indústria e ao Comércio, sob a designação de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e onde se deu o restabelecimento da independência do órgão.

Em 1909 é instalada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e foram criados vários órgãos para fortalecimento da estrutura, entre eles a Diretoria de Indústria Animal, Diretoria de Meteorologia e Astronomia (atual Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet) e a Seção de Publicações e Biblioteca (atual Biblioteca Nacional de Agricultura – Binagri).



Em 1915 foi criado o Serviço de Inspeção Pastoral (SIP), que fazia parte do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Apenas 18 anos depois é que receberia o nome que hoje é conhecido mundialmente de Serviço de Inspeção Federal (SIF). A confiabilidade do trabalho realizado pelo serviço projetou os produtos alimentares brasileiros para o mundo inteiro.

Anos 1920

Em 1929, o mundo ocidental é abalado por uma grave crise econômica, refletida no Brasil pela violenta queda dos preços do café.

Em 1930, o órgão destinado a cuidar do setor primário passou a ser chamado de Ministério da Agricultura. E na sequência, em 1933, foram regulamentadas as profissões de Veterinário e Agrônomo.

1950

Em 1951 é criado o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), no Rio de Janeiro. Trata-se de um centro de referência em doenças vesiculares pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que apoia os programas de prevenção, controle e erradicação da febre aftosa. Tem parceria técnica com o Ministério da Agricultura brasileiro.

Em 1957 é criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), ligada ao Ministério da Agricultura.

A economia cacaueira atravessava uma grave crise e a Ceplac tem a missão de promover a competitividade e a sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, conseguindo grandes conquistas.



Anos 1960

Em 1963 o Ministério passou por nova reorganização e começou a elaborar e executar a política agrícola e agrária do governo. No mesmo período, foram criados os estatutos da Terra e do Trabalhador Rural.

Em 1965 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de dar condições para que os agricultores adquirissem máquinas, equipamentos e insumos. O governo disponibilizou recursos para o financiamento, o custeio e a comercialização da safra.

Anos 1970

1973– Em 26 de abril foi criada a Embrapa para desenvolver, em conjunto com os parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País

Ainda em 1973, foi instituído o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), para suprir a ausência do seguro agrícola, destinado a minimizar as perdas de produção por problemas climáticos.

1974 – Criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) com a implantação do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural.

1975 – Criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), com o ministério atuando na parte agrícola do programa. O objetivo do Proálcool era estimular a produção do álcool usando como matéria prima a cana de açúcar, visando à substituição em larga escala dos derivados de petróleo, que



tinham alcançado altos preços.

1977 - Transformação do Departamento Nacional de Meteorologia (Denmet) em Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

Em 1977 foi criado o Laboratório Nacional de Saúde Animal (Lanara), em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, e seis Laboratórios Regionais (Laras). Hoje com o nome de "Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA)", são estratégicos no trabalho de análises de inocuidade, qualidade e identidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, bem como avaliam a qualidade dos insumos agropecuários.

O ano de 1979 foi o marco da agricultura no Centro Oeste com a criação do Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados). O objetivo era tornar produtiva a região de 200 milhões de hectares, inexplorada até então. Foi viabilizado com parceria japonesa da agência JICA que apoiava o crescimento e a estabilidade sócio econômica dos países em desenvolvimento. A força de trabalho foram os produtores que deixaram o Sul do país em direção à região.



Anos 1980

Deixou de ser competência do Ministério da Agricultura os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros.

Produtores do Sul do país começaram a expansão em direção aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, criando o chamado Matopiba. Logo,

as pastagens extensivas nos cerrados foram substituídas por uma agricultura mecanizada e áreas de irrigação.

Em 1986 foi criado o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, para o financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, da indústria do café e da exportação; ao desenvolvimento de pesquisas, dos meios e vias de transportes, dos portos, da defesa do preço e do mercado, interno e externo, bem como das condições de vida do trabalhador rural.

Anos 1990

Em 1990 foi criada uma nova Pasta da Agricultura, a qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, com exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas às ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação.

Em 1991, a Pasta incorporou os assuntos de abastecimento, de política agrícola e de desenvolvimento rural. Em 1992, é dada a denominação de Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Em 1996, assume a denominação de Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por haver sido redistribuídos os assuntos relacionados à condução e execução da política de reforma agrária. Incorpora, novamente, os assuntos relativos aos recursos pesqueiros. Em 1999, incorpora os assuntos relativos à política do café, açúcar e álcool e ao planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro, até então afetas ao Ministério da Indústria e Comércio;

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas

públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991 e hoje a empresa está presente em todas as regiões brasileiras, com superintendências nos 26 estados e no Distrito Federal.

Em 1994, foi consolidado e estruturado o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), considerando a importância da produção avícola brasileira no contexto nacional e internacional e a necessidade de normatização das ações de acompanhamento sanitário relacionadas ao setor avícola, observando o processo de globalização mundial em curso.

Em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Com foco no desenvolvimento rural sustentado, o programa envolve instrumentos de mercado (como crédito e seguro) e aspectos estruturais (infraestrutura, pesquisa, educação).

Em 1998, houve a criação das 26 câmaras setoriais e temáticas do agronegócio brasileiro (22 câmaras setoriais e 4 temáticas), para ampliar a interlocução do Ministério com a sociedade, organizando suas demandas para maior visibilidade e efetividade das políticas públicas voltadas ao agronegócio.

Anos 2000

Em agosto de 2001, o Ministério da Agricultura incorpora em seu nome a designação "Pecuária", passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e



Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balança Comercial do País.

Também em 2000, foi criado o Moderfrota, grande instrumento de modernização da agricultura brasileira e que impulsionou a “família” dos programas de investimento Mapa-BNDES para produtores rurais e para cooperativas. Estes programas contam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

2001/2002 A partir do ano-safra 2001/02, o programa teve sua abrangência ampliada, chamando Plano Agrícola e Pecuário, incluindo novas atividades da pecuária, da floricultura e da aquicultura

Em 2003, são retirados da Pasta os assuntos pesqueiros, ficando mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em 2003, foi instituído o principal marco legal da agricultura orgânica brasileira, pela a Lei nº 10.831.



Em 2004, é criado o Programa Nacional de Sanidade Suína (PNSS), com o objetivo de a coordenar, normatizar e dar suporte às ações de defesa sanitária animal referentes à suinocultura nacional.

A partir de 2005, o governo federal, por meio do PSR, auxilia o produtor na aquisição do seguro rural, pagando parte do valor da apólice (prêmio). Com o instrumento as perdas de produção têm cobertura.

A Embrapa Agroenergia foi criada em 24 de maio de 2006, juntamente com o início do Programa Nacional

de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o lançamento do Plano Nacional de Agroenergia (PNA), com objetivo de assegurar o aumento da participação de fontes renováveis no Balanço Energético Nacional.

Em 25 de maio de 2007, o estado de Santa Catarina – o primeiro e único do país - recebeu o certificado de área livre da febre aftosa sem vacinação, da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Desde então, se mantém como referência em saúde animal e defesa agropecuária. Foi o primeiro estado do país a atingir esse status sanitário.

Em 2008, foi criada a Guia de Trânsito Animal Eletrônica para dar mais segurança no transporte de animais rastreados.

Anos 2010

Em 2010, foi criado o Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para uma Economia de Baixo Carbono na Agricultura. Conhecido como Plano ABC, foi inovador no cenário mundial, destinado a estimular e monitorar a adoção de práticas conservacionistas e sustentáveis, para reduzir as emissões de carbono e gerar resiliência, sem comprometer a produtividade e o crescimento da agropecuária.

Ainda em 2010, o Brasil tornou-se o terceiro maior produtor e exportador agrícola do mundo, atrás somente das duas grandes potências agrícolas mundiais: os Estados Unidos e a União Europeia. A liderança foi alcançada com a mecanização no campo e a expansão da fronteira agrícola.

Em 2012, é aprovado o Novo Código Florestal Brasileiro, com a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP) foi criada em 20 de setembro de 2012, para

ser fórum de articulação, interlocução e proposição dos representantes do governo, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, produtores, cooperativas, academia, pesquisa agropecuária, prestadores de serviços e entre outros.

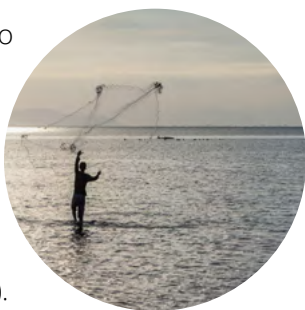
Em 2017 foi lançado o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) 2017-2023, voltado a criar e manter condições sustentáveis para garantir o status do Brasil como livre da febre aftosa e ampliar as áreas livre da doença sem vacinação, protegendo o patrimônio pecuário nacional e gerando o máximo de benefícios a todos os segmentos envolvidos.

A publicação do Decreto nº 9013 de 29 de março de 2017, permitiu um grande avanço na legislação brasileira: a atualização do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Com ela, grande parte das regras sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal foi renovada. O novo RIISPOA, por exemplo, deixa claro que a abrangência da inspeção inclui a verificação do bem-estar dos animais, dos programas de autocontrole, do controle de resíduos e da rastreabilidade, conceitos e definições inexistentes na antiga legislação.

Em 24 de maio de 2018, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) declarou o Brasil livre de febre aftosa com vacinação, abrindo novas perspectivas para o maior exportador de carne bovina do mundo.

A partir de agosto de 2018, o Mapa começou a fazer o monitoramento de resíduos de defensivos em vegetais e frutas, com a exigência de rastreabilidade sobre estes produtos.



Ano de 2019

O Mapa volta a reunir em uma só pasta as secretarias de Agricultura Familiar, Aquicultura e Pesca e Assuntos Fundiários, além do Serviço Florestal Brasileiro e o Incra

Em julho de 2019 fica regulamentado o Selo Arte para permitir a venda interestadual de alimentos artesanais (queijo, mel e embutidos), beneficiando pequenos produtores.

Inauguração do Observatório da Agropecuária Brasileira, ferramenta que dará a gestores amplo acesso a informações estratégicas para a tomada de decisões e elaboração de políticas públicas para o setor agropecuário.

O Mapa lança o Plano Agronordeste, para o desenvolvimento de ações voltadas à organização das cadeias agropecuárias, ampliação e diversificação dos canais de comercialização, além de aumentar a eficiência produtiva da região Nordeste.

O Mapa autoriza suspensão da vacinação contra aftosa no Paraná a partir de novembro de 2019, atingindo rebanho de 9,2 milhões de bovinos e bubalinos do Estado. A medida foi antecipada a pedido do governo estadual.

O Mapa lançou no fim de outubro o Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica (PSC), para erradicar a doença nos 11 estados da zona não livre da

doença no país. O plano prevê a implantação de 36 ações com as primeiras providências sendo o aumento da vigilância agropecuária nos 11 estados da área não livre da PSC. Os estados irão




elaborar os planos e o Mapa vai fazer o acompanhamento. Para fortalecer as ações de prevenção ao vírus da peste suína africana (PSA), o Mapa criou a Comissão Técnica Consultiva para a Prevenção da Peste Suína Africana (Comissão PSA).

O Programa Nacional de Prevenção às Pragas Quarentenárias Ausentes foi construído a partir de um trabalho conjunto entre Mapa e Embrapa, que permitiu elencar as 20 pragas quarentenárias de interesse prioritário para o país, a partir da lista oficial que possui cerca de 700 espécies entre fungos, insetos, bactérias, vírus, nematoides e plantas daninhas.

No cenário internacional, o Brasil firmou com a China quatro novos instrumentos bilaterais (protocolos sanitários e fitossanitários para exportação de farelo de algodão, carne bovina termo processada, pera e melão), além de avanços na negociação dos protocolos para exportação de soro sanguíneo bovino, proteína concentrada de soja e farelo de soja, e material genético avícola. Além disso, o mercado chinês foi aberto para lácteos brasileiros.

Em 2019 teve início a implantação do Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias (Sineagro), previsto para o enfrentamento de doenças nos plantéis nacionais de animais de produção. Outra inovação foi o registro automático implantado no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro) no ano de 2019 foi o de fertilizantes. A funcionalidade promove a desburocratização e maior e maior celeridade da concessão de novos registros de produtos.

O CultivarWeb disponibilizou aos usuários de internet funções de envio eletrônico dos requerimentos de proteção intelectual de cultivar, de acompanhamento do andamento e visualização dos seus processos de proteção, além de pesquisa pública na base de dados de cultivares protegidas e inscritas no registro comercial de cultivares.



O Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa foi constituído para contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária do País. É um contrato de financiamento internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor global de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 195 milhões financiado pelo BID e US\$ 5 milhões de contrapartida nacional.

Ano de 2020

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu o Comitê de Crise (CC AGRO-COVID19) para monitorar e propor estratégias a fim de minimizar os impactos da pandemia do Coronavírus na produção agrícola e no abastecimento de alimentos à população.

Países sul-americanos definem normas para garantir tráfego de alimentos durante pandemia. Todos os ministros da agricultura da América do Sul afirmaram que, apesar do fechamento de fronteiras rodoviárias para passageiros de outros países, não há restrições a cargas agropecuárias na região.



Apanhadores de flores sempre-vivas recebem reconhecimento internacional como o primeiro Patrimônio Agrícola Mundial do Brasil. O sistema de agricultura tradicional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, onde há o manejo e coleta de sempre-vivas, passará a integrar a lista de 58 patrimônios agrícolas mundiais.

Governo sanciona a Lei 13.986/2020, que aprimora o crédito rural, ampliando o acesso ao financiamento, expandindo os recursos e reduzindo taxas de juros. A medida era esperada há muito tempo pelo setor agropecuário, pois amplia o acesso ao crédito rural, estimulando os financiamentos com recursos livres e a concorrência no mercado.

Lançado o Programa Nacional de Bioinsumos. As ações visam ampliar e fortalecer o segmento de bioinsumos, ofertando ao usuário tecnologias, produtos, processos, conhecimento e informações sobre uma diversidade de insumos de base biológica aplicados no campo, desde a nutrição do solo, ao controle de pragas como em processos relacionados à pós-colheita e à agroindústria.

Mapa e CBI lançam Plano de Investimento para Agricultura Sustentável, com o objetivo de dar maior visibilidade ao cenário de oportunidades de investimento verde no agronegócio brasileiro. Os sucessivos aumentos de produção e produtividade, obtidos a partir da utilização de modernas tecnologias e práticas sustentáveis no campo, contribuem para impulsionar o mercado de títulos verdes no Brasil.

O Mapa iniciou o processo de regulamentação do uso de aeronaves remotamente pilotadas (RPA), mais conhecidas como drones, em atividades agropecuárias. Os drones têm ocupado cada vez mais espaço na agricultura e na pecuária. São versáteis, podendo desempenhar diversas funções, variando de acordo com modelo e tecnologias embarcadas. Dentre as atividades que podem ser realizadas com drones, destacam-se topografia, imageamento, monitoramento de culturas, plantio, aplicação de defensivos agrícolas, dentre outras.

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL